



SPMS
EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 01/09/2025, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2025, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista por Despacho n.º 49/2025-SETF, de 15 de janeiro de 2025.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2025 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede do PAO, assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março¹.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025.

**CONSELHO FISCAL**

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE**3.1. Execução Orçamental**

A execução orçamental da receita até ao final do 1.º trimestre de 2025, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 24,6 M€:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 1.ºT2025	Execução no período (%)	Receita cobrada no 1.ºT2024	Δ 2025/2024 (%)
3.1.9-Transferências correntes	74 553 218	12 704 297	17,04%	12 067 779	5,3%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	16 243	16 242	100,00%	650	2397,9%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	117 384	0	0,00%	0	-
4.4.1-Projetos SAMA FSE	78 647	0	0,00%	0	-
4.8.2-Projetos diretamente financiados pela EU	971 593	700	0,07%	10 470	-93,3%
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	219 641 833	9 423 386	4,29%	3 303 365	185,3%
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções-IVA	50 517 622	1 947 662	3,86%	759 774	-
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	0	0,00%	0	-
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	143 021	143 021	100,00%	907	-
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	4 317 654	338 480	7,84%	247 074	37,0%
5.1.3-Venda de bens de investimento	28 927	28 927	100,00%	5 294	446,4%
5.4.1-Transferências correntes - Proj. diretamente financiados pela EU	57 085	0	0,00%	0	-
Total de receitas correntes	381 443 227	24 602 714	6,45%	16 395 313	50,1%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (6,45%), situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que representa cerca de 71% da previsão de receitas anuais e à falta de execução do Contrato Programa com a ACSS.
- Das receitas cobradas, cerca de 52% corresponde a transferências correntes, 46% teve origem em projetos diretamente financiados pela EU e 1,4% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 50% decorrente essencialmente das receitas no âmbito dos projetos diretamente financiados pela EU.

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 381,4 M€, a respetiva execução até ao final do 1.º trimestre totalizou 2,4%, correspondendo a cerca de 9 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

**CONSELHO FISCAL****Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa**

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Despesa paga no 1.ºT2025	Execução no período (%)	Despesa paga no 1.ºT2024	Δ
					2025/2024 (%)
01-Despesas com pessoal	19 653 154	3 130 032	15,9%	3 605 640	-13,2%
02-Aquisições de bens e serviços	151 299 125	3 398 806	2,2%	5 244 517	-35,2%
03-Juros	245	234	95,7%	4 796	-
06-Outras despesas correntes	2 180 185	594 840	27,3%	208 777	184,9%
Total de despesas correntes (A)	173 132 709	7 123 912	4,1%	9 063 730	-21,4%
07-Aquisição de bens de capital	208 276 056	1 967 341	0,9%	1 954 728	0,6%
Total de despesas de capital (B)	208 276 056	1 967 341	1%	1 954 728	0,0%
Total (A)+(B)	381 408 765	9 091 252	2,4%	11 018 458	-17,5%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada circunscreveu-se apenas a 9 M€, muito inferior à execução da receita;
- O baixo grau de execução da despesa que o Conselho de Administração refere estar de acordo com o grau de execução dos anos anteriores, sendo justificado pela fraca execução do Plano de Recuperação e Resiliência e prevendo uma maior execução no decorrer do ano;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” representou 15,9% do total da dotação desta rubrica e 34% do total da despesa paga no período, registando, comparativamente ao período análogo de 2024 uma diminuição de 13%;
- A aquisição de bens e serviços representa 37% da despesa paga no período em análise, tendo-se verificado também uma diminuição face ao período homólogo de 2024, em cerca de 35%;
- A aquisição de bens de capital teve uma fraca execução de 1%, em relação à dotação da rubrica, representando 22% da despesa total paga neste trimestre, não havendo variação face ao período análogo de 2024;
- O valor da despesa paga até ao final do 1º trimestre de 2025 foi inferior em 17% à despesa paga em igual período de 2024, devido, essencialmente, à fraca execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no 1.º trimestre de 2025, assumiu compromissos no valor de 104,9 M€, ou seja, 27,5% da dotação anual disponível de 381,4 M€. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em análise, no valor de 276,5 M€, 66,57% reportam a despesas previstas na FF 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU).

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de março de 2025, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:



CONSELHO FISCAL

Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento 1.ºT2025 (1)	Execução T1/2025 (2)	Execução T1/2024 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2025/2024 %
Rendimentos	29 404 562	25 661 972	22 783 661	-3 742 590	12,6%
Prestações de serviços	25 825 104	22 843 352	21 832 964	-2 981 752	4,6%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	306 177	29 627	10 470	-276 550	183,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	300		200	-300	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	3 272 981	2 788 994	940 027	-483 987	196,7%
Gastos	25 629 009	21 259 646	20 709 509	-4 369 363	2,7%
Fornecimentos e serviços externos	21 102 976	17 053 016	16 929 047	-4 049 960	0,7%
Gastos com pessoal	4 211 390	4 080 162	3 686 863	-131 228	10,7%
Outros gastos e perdas	314 643	126 468	93 599	-188 175	35,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 775 553	4 402 326	2 074 152	626 773	112,2%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 829 413	1 897 920	983 375	-931 493	93,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	946 140	2 504 406	1 090 777	1 558 266	129,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	-		5 294	0	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	-	-234	-4 796	-234	-95,1%
Resultado antes de impostos	946 140	2 504 172	1 091 275	1 558 266	129,5%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	-
Resultado líquido do período	946 140	2 504 172	1 091 275	1 558 266	129,5%

Como se constata, no final do 1.º trimestre de 2025, o resultado líquido da SPMS foi de 2.504.172€, o que representa um resultado favorável comparativamente quer com o estimado de 946.140€, quer com o verificado no período homólogo do ano transato.

O resultado verificado no que se refere à comparação com o valor orçamentado para o 1º trimestre decorreu essencialmente da execução do agregado das rubricas de gastos (83%) ter sido inferior à execução do agregado das rubricas de receitas (87%) salientando-se que só o desvio negativo da rubrica fornecimentos e serviços externos (cerca de 4,0M€) foi superior ao desvio negativo das várias rubricas de rendimentos (cerca de 3,7M€). Este desvio negativo quer da receita quer da despesa é justificado pela SPMS como resultado, sobretudo, da baixa execução da despesa no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Quanto à comparação com o 1º trimestre de 2024, constata-se que a taxa de crescimento do agregado das rubricas de rendimentos de 12,6% foi substancialmente superior à verificada no agregado dos gastos de 2,7%

Idêntica variação positiva verifica-se no resultado operacional de 2.504.405,93€ face ao valor orçamentado de 946.140,00€, salientando-se que esta discrepância resulta essencialmente do valor das depreciações e amortizações realizadas terem ascendido apenas a cerca de 67% do valor orçamentado, apesar de registar um aumento de 93% face ao período homólogo de 2024, situação que a sociedade indica decorrer dos investimentos realizados nos anos de 2022 a 2024.



CONSELHO FISCAL

Assim, face ao período homólogo de 2024, constata-se que quer o resultado líquido quer o resultado operacional verificaram um acréscimo na ordem, em ambos os casos de 129%.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2024, os rendimentos tiveram um incremento global de 12,6%, com um aumento significativo de cerca de 196,7% em outros rendimentos e ganhos e de 183% nas transferências correntes e subsídios à exploração, sendo que a rubrica prestação de serviços verificou um acréscimo de (4,6%). Não obstante, globalmente verifica-se que, em relação ao orçamentado, houve um desvio negativo de 3,7 M€ (-12,7%).

b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de cerca de 2,7% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento de gastos com pessoal (10,7%), de outros gastos e perdas (35,1%) e de fornecimentos e serviços externos (0,7%). Relativamente ao orçamentado verifica-se, à semelhança do ocorrido nos rendimentos e ganhos, um desvio global negativo de cerca de 4,4 M € (-17%).

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

Nos termos do artigo 140.º do DLEO de 2025, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024, sem prejuízo, designadamente, de:

- a) *Os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2024, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo (cf. n.º 4 do referido artigo);*
- b) *O acréscimo dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa (cf. n.º 5 do referido artigo).*



CONSELHO FISCAL

No que concerne ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, verifica-se que o mesmo teve uma evolução favorável passando de 94% no primeiro trimestre de 2024 para 93% no primeiro trimestre de 2025, decorrente do aumento no volume de negócios (5%) ser superior ao crescimento dos gastos operacionais (3%).

Verifica-se um aumento generalizado das várias componentes dos gastos operacionais, com exceção dos gastos com deslocações e estadas, frota automóvel e estudos, pareceres, projetos e consultoria, associando a sociedade estas variações ao acréscimo do volume de negócios. Assim:

- Os encargos com o pessoal verificaram um aumento de 11%;
- O agregado gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, sofreu um aumento face ao período análogo de 2024 no montante de 6.164,74€, o que representa uma redução deste agregado de 25%;
- A variação dos gastos associados à frota automóvel entre o mesmo período foi negativa de 7.468,79€, traduzindo uma diminuição de 57%. Nos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria verifica-se uma diminuição de 4 633,69€ face ao período análogo de 2024, o que se traduz num decréscimo de 7%.

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um aumento na ordem dos 65% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2024, o qual de acordo com a empresa, decorreu da atividade da SPMS.

No final do 1º trimestre de 2025 a dívida da SPMS ascendia ao montante de 9 612 910,60€, do qual 41% corresponde a dívidas perante fornecedores conta corrente e 51% se refere a dívidas perante fornecedores de imobilizado. A dívida vencida representa 88,7% da dívida total da SPMS e teve um acréscimo na ordem dos 210% face ao período homólogo de 2023. De acordo com a informação da empresa, cerca de 8% da dívida total desta apresenta um prazo superior a 90 dias, o que não se verificava no período homólogo de 2024.

De acordo com a informação prestada pela SPMS cerca de 60% da dívida no final do 1.º Trimestre de 2025 é perante 5 fornecedores, BRAVANTIC, Capgemini Portugal, MEO, NOS e AXIANSEU II Digital.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 15,11 dias, o que representa uma significativa melhoria face aos 20,94 dias no período análogo de 2024, respeitando o objetivo da SPMS que o fixou em 30 dias



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 1º trimestre de 2025 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de março de 2025 no valor de 2.504.171,57 euros, situando-se o EBITDA em 4.402.326,27 euros.

Lisboa, 5 de setembro de 2025

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

Assinado por: **Luísa Maria Teixeira Pisco**
Num. de Identificação: 06619984
Data: 2025.09.05 18:13:53+01'00'



O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2025

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2025, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina também a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente, no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2025, da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., que compreendem o balanço em 31 de março de 2025, que evidencia um total 128.088.664 euros e um total de património líquido de 94.177.812 euros, incluindo um resultado líquido de 2.504.172 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 31 de março de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 1.º trimestre de 2025 a receita cobrada líquida ascendeu a 24.602.714 euros e a despesa total paga ascendeu a 9.091.252 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 1.º trimestre de 2025, excluindo o saldo transitado do ano anterior, ascende a 24.602.714 euros. Considerando o saldo transitado do ano anterior, no montante de 11.057.375 euros, o qual representa 31% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre, o total da receita cobrada no trimestre ascende a 35.660.089 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2024:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2025		Receita cobrada líquida 1T 2025		Receita cobrada líquida 1T 2024		Variação 2025/2024		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	50.817.188	13,3%	12.704.297	35,6%	11.709.680	71,4%	994.617	8,5%	25,0%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	21.360.000	5,6%	-	-	28.587	0,2%	-28.587	-100,0%	-
319 Transferências correntes ACSS - CCMNS	2.376.030	0,6%	-	-	329.512	2,0%	-329.512	-100,0%	-
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	16.243	0,0%	16.242	0,0%	650	0,0%	15.592	2,398,8%	100%
319 Transferências de RI entre organismos	74.569.461	19,5%	12.720.539	35,7%	12.068.429	73,6%	652.110	5,4%	17,1%
411 Rec. próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	117.384	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
411 FEDER - competitividade e internacionalização	117.384	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	78.647	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	78.647	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
482 Projetos diretamente financiados pela EU	971.593	0,3%	700	0,0%	10.470	0,1%	-9.770	-93,3%	0,1%
482 Outros e saldos de FE / Outros	971.593	0,3%	700	0,0%	10.470	0,1%	-9.770	-93,3%	0,1%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	219.641.833	57,6%	9.423.386	26,4%	3.303.365	20,1%	6.120.021	185,3%	4,3%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	219.641.833	57,6%	9.423.386	26,4%	3.303.365	20,1%	6.120.021	185,3%	4,3%
484 Projetos diretamente financiados pela EU	50.517.822	13,2%	1.947.662	5,5%	759.774	4,6%	1.187.888	156,3%	3,9%
484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA	50.517.822	13,2%	1.947.662	5,5%	759.774	4,6%	1.187.888	156,3%	3,9%
486 Projetos diretamente financiados pela EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-
486 REACT	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	31.000.000	8,1%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS- PRESICSP	143.021	0,0%	143.021	0,4%	-	-	-143.021	-100,0%	100,0%
511 Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	-	907	0,0%	-907	-100,0%	-
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	31.143.021	8,2%	143.021	0,4%	907	0,0%	142.114	15,668,6%	0,5%
541 Projetos diretamente financiados pela EU	57.085	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	57.085	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
513 Faturação - SNS	860.000	0,2%	81.795	0,2%	81.840	0,5%	-46	-0,1%	9,5%
513 Faturação - Outras Entidades	3.457.654	0,9%	256.685	0,7%	165.234	1,0%	91.451	55,3%	7,4%
513 Venda de bens de investimentos	28.927	0,0%	28.927	0,1%	5.294	0,0%	23.633	446,4%	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	4.346.581	1,1%	367.406	1,0%	252.368	1,5%	115.038	45,6%	8,5%
Subtotal	381.443.227	100,0%	24.602.714	69,0%	16.395.313	100,0%	8.207.401	50,1%	6,4%
Saldo de gerência anterior	-	-	11.057.375	31,0%	-	-	11.057.375	-	-
Total Geral	381.443.227	100,0%	35.660.089	100,0%	16.395.313	100,0%	19.264.776	117,9%	9,3%

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, verifica-se um acréscimo da receita cobrada líquida em 8.207.400 euros, o que representa um aumento de 50,1%, justificado pelo reforço das transferências no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que totalizaram 11.371.047 euros em 2025, o quais comparam com os 4.063.139 euros recebidos no período homólogo de 2024. Apesar da significativa melhoria da execução dos projetos financiados com as verbas associadas ao PRR, no final do primeiro trimestre, continua a registar-se um reduzido grau de execução, face ao que se encontra orçamentado (apenas 4,2%).

No final do primeiro trimestre, a receita apresenta um reduzido nível de execução, que se fixou em 6,4%, excluindo o efeito do saldo de gerência, valor que, apesar do crescimento nominal face ao período homólogo de 2024, permanece reduzido relativamente ao grau de execução expectável para o período. Esta situação decorre, sobretudo, do baixo nível de realização ao nível das receitas provenientes do Orçamento de Estado, da União Europeia e do próprio PRR, não obstante, neste último caso, se tenha verificado um aumento significativo face ao trimestre homólogo.

Estes fatores estão diretamente relacionados com o reduzido nível de investimento realizado, em comparação com o que se encontra orçamentado, como se evidencia no ponto seguinte.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 1.º trimestre de 2025, ao montante de 9.091.252 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2025	Cativação 2025	Orçamento Disponível Ano 2025		Despesa paga 1ºT2025		Despesa paga 1ºT2024		Variação 2025/2024		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	15.117.582	-	15.117.582	100%	2.348.013	25,8%	2.390.610	21,7%	-42.597	-1,8%	15,5%	15,5%
01.02 Remunerações Variáveis	848.604	-	848.604	100%	312.335	3,4%	358.695	3,3%	-46.360	-12,9%	36,8%	36,8%
01.03 Segurança Social	3.686.968	-	3.686.968	100%	469.684	5,2%	856.335	7,8%	-386.651	-45,2%	12,7%	12,7%
01 Despesa com pessoal	19.653.154	-	19.653.154	100%	3.130.032	34,4%	3.605.640	32,7%	-475.608	-13,2%	15,9%	15,9%
02.01 Aquisição de Bens	1.148.412	-	1.148.412	100%	21.508	0,2%	12.272	0,1%	9.235	75,3%	1,9%	1,9%
02.02 Aquisição de Serviços	150.185.175	-	150.185.175	100%	3.377.298	37,1%	5.232.244	47,5%	-1.854.947	-35,5%	2,2%	2,2%
02 Aquisição de bens e serviços	151.333.587	-	151.333.587	100%	3.398.806	37,4%	5.244.517	47,6%	-1.845.711	-35,2%	2,2%	2,2%
03.05 Outros juros	245	-	245	100%	234	0,0%	4.796	0,0%	-4.562	-95,1%	95,7%	95,7%
02 Juros	245	-	245	100%	234	0	4.796	0,0%	-4.562	-95,1%	95,7%	95,7%
06 Outras despesas correntes	2.180.185	-	2.180.185	100,0%	594.840	6,5%	208.777	1,9%	386.063	184,9%	27,3%	27,3%
06.02 Diversas	2.180.185	-	2.180.185	100,0%	594.840	6,5%	208.777	1,9%	386.063	184,9%	27,3%	27,3%
Despesas correntes	173.167.171	-	173.167.171	100,0%	7.123.912	78%	9.063.730	82,3%	-1.939.818	-21,4%	4,1%	4,1%
07.01 Investimentos	208.276.056	-	208.276.056	100%	1.967.341	21,6%	1.954.728	17,7%	12.612	1%	0,9%	0,9%
07 Aquisição de bens de capital	208.276.056	-	208.276.056	100%	1.967.341	21,6%	1.954.728	17,7%	12.612	1%	0,9%	0,9%
Despesas de capital	208.276.056	-	208.276.056	100%	1.967.341	21,6%	1.954.728	17,7%	12.612	1%	0,9%	0,9%
Total Geral	381.443.227	-	381.443.227	100,0%	9.091.252	100%	11.018.458	100%	-1.927.206	-17,5%	2,4%	2,4%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 2,4%, valor que se apresenta significativamente inferior ao grau de execução da receita, que se situou em 6,4% (desconsiderando o efeito do saldo de gerência), denotando um desfazamento relevante entre a execução da receita e da despesa;

- O peso dos gastos com recursos humanos representa 34,4% da despesa paga no trimestre, o que traduz uma diminuição de 13,2 pontos percentuais face ao período homólogo de 2024. Esta quebra resulta, essencialmente, da menor despesa registada com encargos de Segurança Social, tratando-se, no entanto do efeito de um mero desfasamento temporal na ocorrência dos respetivos fluxos financeiros;
- A despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 3.398.806 euros (37,4% do total da despesa paga), reflete uma expressiva diminuição de 1.845.711 euros face ao trimestre homólogo, evidenciando um nível de realização bastante modesto (2,2%), face à dotação orçamental disponível, em linha com o que se tem verificado no arranque de anteriores exercícios. A fraca execução registada nesta rubrica encontra justificação, em parte, no baixo ritmo de implementação dos projetos financiados com verbas provenientes do PRR;
- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada no montante total de 208.276.056 euros. No entanto, constata-se que neste trimestre foram apenas executadas despesas desta natureza no montante de 1.967.341 euros, valor semelhante ao registado em igual período do ano anterior, mas que representa um grau de execução muito reduzido, de apenas 0,9%. Tal desempenho evidencia um atraso na concretização dos investimentos previstos;
- Em termos globais, a despesa ocorrida ascendeu a 9.091.252 euros, o que reflete uma redução de 17,5% face ao primeiro trimestre de 2024. Esta diminuição explica-se, essencialmente, pela menor execução nas rubricas de despesa com pessoal (menos 475.608 euros) e aquisição de bens e serviços (menos 1.845.711 euros).

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 31MAR2025, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2024, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do primeiro trimestre ascende a 22.477.726 euros, refletindo um acréscimo de 2,8%, relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito de novos investimentos efetuados, no trimestre, que ascenderam a 2.161.805 euros e parcialmente compensada pelo efeito das depreciações do período, no montante de 1.543.558 euros.

- Destaca-se ainda a significativa transferência (958.601 euros), de Ativos Fixos tangíveis em Curso, para Ativo Firme, nomeadamente para Equipamento Básico;
- Os Ativos Intangíveis apresentam um valor líquido que ascende a 46.039.781 euros, representando 36% do total do Ativo. A variação do trimestre, no montante de 1.280.942 euros, face ao final do ano anterior, resulta da continuidade do investimento em sistemas e plataformas digitais, no montante de 1.635.305 euros, mitigado pelas amortizações regulares do período, no montante de 354.362 euros;
 - A rubrica de Clientes apresenta, a 31MAR2025, um saldo de 5.142.963, refletindo um acréscimo de 4.060.560 euros face a 31DEZ2024. No final do trimestre a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS), apresenta-se como a entidade mais expressiva, representando cerca de 98% do total do saldo a receber, justificado pelas faturas emitidas relativas ao contrato programa de 2024, no montante de 4.214.953 euros, a que acresce o saldo inicial que se manteve inalterado face a 31DEZ2024;
 - A rubrica de Outras Contas a Receber ascende a 11.214.545 euros, face aos 4.596.709 euros registados no final de 2024, passando a representar 9% do total do Ativo. Este aumento resulta maioritariamente dos valores a faturar relativos ao Centro de Contacto do SNS24, relativamente a serviços prestados de 2024 e 2025, de cerca 6,3 milhões de euros, bem como de componentes relacionadas com o Contrato Programa em vigor com a ACSS, no montante de 4,7 milhões de euros, relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros três meses do ano;
 - A rubrica de Caixa e Depósitos, apresenta um saldo no montante de 37.720.367 euros, revelando um crescimento de 14.155.384 euros face ao final do ano anterior. Esta rubrica mantém-se como uma das mais representativas do Balanço, representando 29% do total do Ativo, refletindo sobretudo os fundos recebidos ao abrigo do PRR e não executados até à data, integralmente depositados no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria do Estado;
 - A rubrica de Património Líquido regista um saldo de 94.177.812 euros, evidenciando um crescimento de 13,5% face ao período homólogo anterior. A variação ocorrida provém da reversão parcial dos resultados transitados negativos no montante de 1.912.590 euros; do resultado apurado no primeiro trimestre, que ascendeu a 2.504.172 euros, e, de forma particularmente significativa, do substancial incremento da rubrica de Outras Variações no Património Líquido (+8.724.631 euros), decorrente do reconhecimento dos rendimentos inerentes ao Plano de Recuperação e Resiliência e PRESI;

- O total do Passivo, no montante de 33.910.853 euros, reflete um aumento expressivo de 15.847.090 euros face ao final do exercício anterior. Esta variação é justificada, essencialmente, pelo reconhecimento de responsabilidades com Fornecedores correntes, que registaram um acréscimo de 4.547.071 euros, sendo a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. a entidade mais representativa, concentrando 26% do saldo desta rubrica; pelo aumento dos Fornecedores de investimentos (+4.764.017 euros), com destaque para a BRAVANTIC, que representa 44% do total desta rubrica; e, de forma mais significativa, pela variação na rubrica de Outras Contas a Pagar, que registou o maior acréscimo, no montante de 7.277.757 euros, refletindo compromissos assumidos e ainda não regularizados, nomeadamente no âmbito do Centro de Contacto do SNS24.

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro trimestre de 2025. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2025, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro trimestre, foi favorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo.

No final do trimestre em análise apurou-se um resultado líquido de 2.504.172 euros, em contraste com o montante orçamentado de 946.140 euros (antes de imposto), e representa uma melhoria de 1.412.897 euros face ao período homólogo de 2024.

A justificação para esta evolução positiva está sobretudo relacionada com o menor nível de gastos verificados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 17.053.016 euros, representando uma execução de 80,8% face ao orçamentado, o que se traduz num diferencial de 4.049.960 euros. Destaca-se igualmente o menor peso dos gastos com depreciações e amortizações, cuja execução se fixou em 67% do previsto (-931.493 euros), ainda que se apresentem significativamente superiores aos do trimestre homólogo, em virtude do aumento do Ativo depreciable registado.

Ainda na componente dos gastos, apesar da rubrica de FSE apresentar um valor semelhante ao primeiro trimestre de 2024, o desvio verificado face ao valor orçamentado é bastante expressivo, sendo justificado essencialmente pela reduzida execução da despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS, situação que se prevê que seja atenuada nos próximos trimestres.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, a mesma ascendeu ao montante de 4.080.162 euros, apresentando uma diminuição de apenas 131.228 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do primeiro trimestre de 2025 ascende assim a 23.157.801 euros, apresentando uma execução de 81,4% face ao orçamentado, atenuando assim, ainda que de forma parcial, a quebra ocorrida sobretudo ao nível das Prestações de Serviços.

O total de rendimentos reconhecidos no trimestre ascendeu a 25.661.972 euros, apresentando uma execução de 87,3% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Prestações de Serviços (-2.981.752 euros) e nos Outros Rendimentos e Ganhos (-483.987 euros).

6. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 1 de setembro de 2025

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Assinado por: **Vitor Manuel Batista de Almeida**
Num. de Identificação: 04886686
Data: 2025.09.01 13:04:18+01'00'



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço

em 31 de março 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Valores em euros

BALANÇO	31-03-2025	31-12-2024	Var Real 31MAR25 - 31DEZ24	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	22.477.726	21.859.479	618.247	2,8%
Ativos intangíveis	46.039.781	44.758.839	1.280.942	2,9%
Diferimentos	1.552.189	1.602.804	-50.615	-3,2%
Subtotal	70.069.696	68.221.122	1.848.574	2,7%
Ativo corrente				
Clientes	5.142.963	1.082.404	4.060.560	375,1%
Estado e outros entes públicos	3.315.807	3.022.029	293.778	6,4%
Outras contas a receber	11.214.545	4.596.709	6.617.836	144,0%
Diferimentos	625.286	525.525	99.761	19,0%
Caixa e depósitos bancários	37.720.367	23.564.983	14.155.384	60,1%
Subtotal	58.018.969	32.791.650	25.227.318	76,9%
Total do Ativo	128.088.664	101.012.772	27.075.893	26,8%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	26.260.689	26.260.689	0	0,0%
Reservas	14.167.642	14.167.642	0	0,0%
Resultados transitados	-27.633.892	-29.546.482	1.912.590	-6,5%
Outras variações no Património Líquido	78.879.201	70.154.570	8.724.631	12,4%
	91.673.640	81.036.419	10.637.221	13,1%
Resultado líquido do período	2.504.172	1.912.590	591.581	30,9%
Total do Património Líquido	94.177.812	82.949.009	11.228.802	13,5%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	2.003.941	2.003.941	0	0,0%
Subtotal	2.003.941	2.003.941	0	0,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	4.714.173	167.102	4.547.071	2721,1%
Estado e outros entes públicos	1.580.216	2.313.570	-733.354	-31,7%
Fornecedores de investimentos	4.898.738	134.721	4.764.017	3536,2%
Outras contas a pagar	17.424.371	10.146.614	7.277.757	71,7%
Diferimentos	3.289.415	3.297.815	-8.400	-0,3%
Subtotal	31.906.912	16.059.822	15.847.090	98,7%
Total do Passivo	33.910.853	18.063.763	15.847.090	87,73%
Total do Património Líquido e do Passivo	128.088.664	101.012.772	27.075.893	26,8%

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 31 de março de 2025

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 31MAR25	Real 31MAR24	Orçamento 31 MAR25	Var Real 31MAR25 - 31MAR24		Var Real 31MAR25 - Orç 31MAR25	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	22.843.352	21.832.964	25.825.104	1.010.388	4,6%	-2.981.752	-11,5%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	29.627	10.470	306.177	19.157	183,0%	-276.550	-90,3%
Fornecimentos e serviços externos	-17.053.016	-16.929.047	-21.102.976	-123.969	0,7%	4.049.960	-19,2%
Gastos com o pessoal	-4.080.162	-3.686.863	-4.211.390	-393.299	10,7%	131.228	-3,1%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	200	300	-200	-100,0%	-300	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	2.788.994	940.027	3.272.981	1.848.966	196,7%	-483.987	-14,8%
Outros gastos e perdas	-126.468	-93.599	-314.643	-32.869	35,1%	188.175	-59,8%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4.402.326	2.074.152	3.775.553	2.328.174	112,2%	626.773	16,6%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-1.897.920	-983.375	-2.829.413	-914.545	93,0%	931.493	-32,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.504.406	1.090.777	946.140	1.413.629	129,6%	1.558.266	164,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	5.294	0	-5.294	-100,0%	0	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-234	-4.796	0	4.562	-95,1%	-234	0,0%
Resultado antes de impostos	2.504.172	1.091.275	946.140	1.412.897	129,5%	1.558.032	164,7%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0,0	-241.266,0	0,0	0,0%	241.266,0	-100,0%
Resultado líquido do período	2.504.172	1.091.275	704.874	1.412.897	129,5%	1.799.298	255,3%
Resultado Líquido	2.504.172	1.091.275	704.874	1.412.897	129,5%	1.799.298	255,3%